

EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 323.226 - SP (2013/0096546-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : AIRES FERNANDINO BARRETO E OUTRO(S) - SP075985
FULVIA HELENA DE GIOIA - SP078230
SIMONE RODRIGUES COSTA BARRETO E OUTRO(S) - SP179027
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORA : PATRÍCIA FUKUARA REBELLO PINHO E OUTRO(S) - SP257484

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE NÃO APRECIOU O MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. REGRAS TÉCNICAS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. EXAME. DESCABIMENTO. SÚMULA 315/STJ.

1. Revela-se inviável rever, em embargos de divergência, a aplicação de regras técnicas de admissibilidade recursal, o que ocorre quando o acórdão embargado ou o paradigma sequer adentra no mérito do recurso especial.
2. Embargos de divergência indeferidos liminarmente.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de divergência opostos por ITAU UNIBANCO S.A, contra acórdão da 1ª Turma deste Tribunal.

Ação: mandado de segurança, impetrado pelo embargante em face do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por meio do qual postula a extinção de crédito tributário por força do pagamento, a suspensão da exigibilidade de créditos tributários objetos de execuções fiscais garantidas por carta de fiança, além de determinação para que o impetrado se abstenha da prática de atos tendentes a impedir a expedição de certidão de débitos positiva com efeito de negativa.

Sentença: denegou a segurança e condenou o ora embargante ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no montante correspondente a 20% do valor atualizado da causa.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pelo embargante, apenas para reduzir a multa imposta para 1% do valor atualizado da causa.

Recurso especial: interposto pelo embargante com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, alegou violação dos arts. 17, 18 e 791 do CPC/73, 150 e 156, I, do CTN e 9º, § 3º, da Lei 6.830/80.

Prévio juízo de admissibilidade: o TJ/SP negou seguimento ao recurso, o que ensejou a interposição de agravo em recurso especial.

Decisão unipessoal: conhecendo do agravo, não conheceu do recurso especial, com fundamento na Súmula 7/STJ.

Acórdão: por maioria, negou provimento ao agravo interno manejado pelo embargante, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 852):

"PROCESSUAL CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONTEXTO FÁTICO DELINEADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7. INCIDÊNCIA.

1. À luz da Súmula 7 do STJ, o recurso especial não pode ser conhecido, pois, *in casu*, o delineamento fático contido no acórdão *a quo* não se revela suficiente para eventual acolhimento da pretensão recursal – afastar a litigância de má-fé tida por ocorrida pelo Tribunal de Justiça e pelo magistrado do primeiro grau –, sendo necessário para tanto o reexame das provas dos autos.

2. Agravo interno não provido".

Embargos de declaração: opostos pelo embargante, foram rejeitados.

Embargos de divergência: apontam dissonância entre o entendimento do acórdão embargado e a orientação adotada pela 6ª Turma nos Edcl nos Edcl no REsp 35.440/RJ, pela 4ª Turma no AgRg no REsp 1.316.557/RS, pela 3ª Turma no AgRg no AREsp 100.158/PE e pela 2ª Seção nos Edcl nos Edcl no EREsp 774.304/MT. Sustentam que a aplicação da multa por litigância de má-fé pressupõe a comprovação do dolo da parte na alteração da verdade dos fatos, por meio de afirmações inverídicas expressas, não bastando mera omissão de informações.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da Súmula 315/STJ

Conforme a reiterada jurisprudência desta Corte, por incidência analógica da Súmula 315/STJ, revela-se inviável rever, em embargos de divergência, a aplicação de regras técnicas de conhecimento do recurso especial, o que ocorre quando o acórdão embargado ou o paradigma sequer adentra no mérito do recurso especial, interpretando os pressupostos de admissibilidade dessa espécie recursal. Nesse sentido: AgInt nos EREsp 1226477/RS, Corte Especial, DJe de 26/10/2016; AgInt nos EAREsp 398.790/RJ, Corte Especial, DJe de 14/10/2016.

Na hipótese dos autos, diversamente do que sustenta o embargante, verifica-se que o acórdão embargado, mantendo a decisão unipessoal anteriormente proferida, não examinou o mérito da controvérsia recursal - por entender que a matéria esbarra no óbice da Súmula 7/STJ -, nos termos do voto prevalecente.

Dessarte, não se tratando de acórdão de mérito, não é cabível o manejo de embargos de divergência.

Forte nessas razões, INDEFIRO LIMINARMENTE os embargos de divergência, com amparo no art. 932, III, do CPC/2015 e 266-C do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora